

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

Bruno Goldbach Braitt

O impacto da invisibilidade social na subjetividade em pessoas em situação de rua: um paralelo ao cenário pandêmico

SÃO PAULO
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

O IMPACTO DA INVISIBILIDADE SOCIAL NA SUBJETIVIDADE EM PESSOAS
EM SITUAÇÃO DE RUA: UM PARALELO AO CENÁRIO PANDÊMICO

Trabalho de conclusão de curso como exigência
parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob
orientação da Prof. Maria Cecília de Moura

Pontifícia Universidade Católica,
São Paulo
2022

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que possibilitaram que um dia eu chegasse à universidade. Primeiramente, à minha família que esteve comigo nesses cinco anos e me apoiou em todos os momentos, obrigado. Agradeço à minha mãe Shirley que esteve sempre ao meu lado.

A minha namorada, Paula, pela sua ajuda inexorável, seu apoio no dia a dia em meio às incertezas foi fundamental para mim, sem ela nada disso seria possível.

A todos os professores que tive o prazer de ser aluno na graduação, me lembro com muito carinho e respeito de cada um. A minha orientadora, Maria Cecília Moura, que me acompanhou nesse último semestre, sempre com muita dedicação. Ao professor Sergio Wajman, por ter me auxiliado e orientado no começo do trabalho.

RESUMO

Área do conhecimento: 7. 07. 00.00- 1

Título: O impacto da invisibilidade social na subjetividade em moradores de rua: Um paralelo ao cenário pandêmico

Orientando: Bruno Goldbach Braitt

Orientador: Prof. Maria Cecilia de Moura

Esta pesquisa tem como objetivo analisar e refletir sobre o papel que o fenômeno da invisibilidade social ocupa na subjetividade em pessoas em situação de rua, incluindo no cenário pandêmico. Nesse sentido, a partir do contexto sobre a opressão e estigma em que esse grupo está inserido, a pesquisa procurou entender como se dá o fenômeno da invisibilidade social, a fim de estudá-la como impacto nesses indivíduos. Estes, apresentam histórias singulares, sendo assim, o trabalho se dá a partir de suas particularidades, em uma tentativa de enxergá-los fora de seu estigma, entendendo o sujeito como um indivíduo de direitos. A metodologia utilizada para a criação desse trabalho é a pesquisa descritiva de critério bibliográfico, além de análise de referências ao livro “A Pandemia que ninguém vê”, a fim de concretizar a importância daqueles que durante a pandemia passaram por um sofrimento além do isolamento social, mas refletidos nos fenômenos de exclusão, humilhação e invisibilidade social, por meio da análise de alguns relatos. Além disso, a pesquisa teve como objetivo olhar o mundo por meio de fontes a partir da perspectiva da psicologia sócio histórica e a psicanálise, para poder analisar os efeitos que os fenômenos sociais têm em pessoas em situação de rua - além da criação dos tais eventos como uma construção histórica que permeia até os dias de hoje - refletidos na crise sanitária vivida nos anos de 2020 e 2021. Comenta-se sobre a atuação do psicólogo frente a este contexto e seu papel na desconstrução do estigma e reconhecimento dos indivíduos fora deste, nesse sentido, a partir da análise social e psicanalítica, foi possível explicitar aspectos relacionados ao estigma produzido na população em situação de rua, e como se relacionam a subjetividade desses indivíduos, respondendo ao problema de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: invisibilidade social; pandemia; subjetividade;

SUMÁRIO

1. Introdução	6
1.1 Desigualdade social no Brasil.....	7
2. Objetivos	10
3. Metodologia	10
4. População em situação de rua e autoimagem.....	13
4.1 Desigualdade Racial.....	17
5. Humilhação social	19
6. O estigma, invisibilidade social e subjetividade	22
7. Trabalhadores da área da saúde e implicações: A psicologia nesse cenário	25
Considerações finais.....	28
9. Referências Bibliográficas.....	30

I. Introdução

A psicologia tem a tarefa de ser uma ciência crítica e transformadora que pretende pensar nas articulações dos sujeitos com as construções sociais. Na nossa prática, ao perceber tais vinculações, podemos agir em dois caminhos diferentes: o que reproduz as desigualdades e as construções mentais que as perpetuam ou o que contribui para transformá-las ao refletir, construir conhecimento e agir sobre essas questões. Nesse sentido, pensando em um compromisso social da psicologia, é importante abordar as questões sociais e se propor pensar sobre os diversos aspectos da sociedade que produzem desigualdades e sofrimento nos sujeitos. Isso também exprime a importância social de investigar essas questões, dando visibilidade a elas ao abordar a articulação entre a desigualdade racial, de gênero e social, questões que definem a realidade de muitos indivíduos. Além disso, é interessante do ponto de vista acadêmico realizar levantamentos e articulações de informações que possam contribuir com o corpo de pesquisas existentes sobre a interlocução das questões abordadas, que é escasso.

Da perspectiva pessoal essa pesquisa é de extrema importância para minha formação como psicólogo, já que possibilita fomentar conhecimentos acerca da psicologia social, das desigualdades raciais, de gênero, social e de raça e a interseccionalidade presente nesse âmbito, proporcionando a oportunidade de refletir sobre esses assuntos e incorporá-los ao meu repertório, assim como o da comunidade. Nesse sentido, será utilizado o livro "A Pandemia que ninguém vê" como instrumento de pesquisa e além disso, fonte de inspiração para estimular a continuação de projetos como esse, que o objetivo é possibilitar uma certa visibilidade de pessoas invisíveis para a sociedade.

1.1 A desigualdade social no Brasil

Na América Latina em geral e notadamente no Brasil as questões advindas da desigualdade social no Brasil se colocam desde o princípio das sociedades e permanecem até os dias de hoje. Isto é, o racismo, a exclusão, assim como a invisibilidade social estão postos em todos os âmbitos da sociedade, no universo da educação, do trabalho, da cultura, entre outros. O recorte que será trabalhado na pesquisa se diz respeito ao período pandêmico que se iniciou em março de 2020 até início de 2022, usando como referência o projeto realizado pela associação SP Invisível que tem como objetivo, através de um contexto socioeconômico e de desigualdade do país, expor as narrativas daqueles que estão sujeitos ao fenômeno da invisibilidade social. Sendo assim, utilizando o livro produzido pelo Projeto SP Invisível, “A Pandemia que ninguém vê” (2020), pretende-se fazer uma análise sobre alguns dos relatos, relacionando-os com a realidade da invisibilidade e humilhação social.

Em questão de semanas o mundo já estava contaminado, e, de um dia para o outro, o “fique em casa” com álcool em gel virou o lema dos governos minimamente alinhados à promoção de saúde da população e o cotidiano conhecido desapareceu: instituições fecharam as portas, comércios faliram, transportes públicos saíram de circulação e abraços ou beijos foram estritamente proibidos. Quem não tinha casa para morar ou sequer água para lavar as mãos persiste na luta por tentativas de sobrevivência, sendo explicitada a expressividade da desigualdade social, que nesses anos de Pandemia acompanhou o aumento das pessoas em situação de rua, porém é lamentável a falta de números confiáveis para identificar a quantidade dessas pessoas no país. Nesse sentido, trabalhar com o conceito de invisibilidade social, torna-se indispensável em um cenário epidêmico que hoje, ainda mais segregado - contribui para uma exclusão e humilhação social.

Partindo do princípio o qual vivemos em uma sociedade dividida, isto é, marcada pelos padrões e aspectos que definem quem é reconhecido e quem é invisível, se começa a entender sobre a necessidade de ser visto e reconhecido, que permeia em uma aceitação social. Nesse sentido, quando a invisibilidade é praticada no outro, gera-se um sentimento de humilhação daqueles que vivem nessa condição imposta. A partir

dos dados apresentados, primeiramente será trabalhado uma categoria que está presente no processo de invisibilidade, a população em situação de rua. Pode-se dizer, que existem políticas públicas em relação a essa população, como o Projeto de Lei 5740/16, PL 488/2021, que veda a técnicas hostis em relação ao afastamento de pessoas em situação de rua em espaços de uso público. Essa população, marcada por estigmas, é afastada de uma posição de pessoa humana, excluída da sociedade.

Nesse sentido, a invisibilidade e humilhação social, temas que irão ser trabalhados nesta pesquisa, são expressões da desigualdade política e social brasileira, que, por sua vez, expõe uma exclusão de uma classe, os mais pobres. Trata-se então, de um fenômeno histórico, do qual, efeito dessa desigualdade citada - acomete a dimensão intersubjetiva dos indivíduos excluídos e invisíveis dessa sociedade (FILHO, 1998). Uma dessas questões se refere à desigualdade racial, que também pode ser considerada como um construto mental que foi naturalizado e que implementou que os indivíduos considerados brancos (descendentes de europeus) são superiores aos considerados não-brancos (descendentes de africanos, indígenas, asiáticos, etc.)

O fenômeno da exclusão relaciona-se com aquilo que Dunker (2017) chama de lógica de condomínio. Esta, se constitui na centralização de uma população em um determinado espaço que conseqüentemente produz uma exclusão de outras, que, nesse sentido torna-se uma relação de poder. O tal do “muro” torna-se simbólico nessa relação, pois representa aquilo que separa dois mundos e possibilita um desencontro aclamado por aqueles dentro do condomínio. O muro existe, pois dá um efeito subjetivo de proteção: aquele que está de fora é perigoso, e, no dentro está ao redor de iguais, que pagam por um estilo de vida parecido. O condomínio surge como forma de exílio daquilo que não quer ter contato, do que Dunker infere como mal estar - vem de um objeto intrusivo, um outro que é problemático. Isso sugere um movimento de higienização, que, como o próprio nome diz, infere numa possibilidade de “limpar” aquilo que está sujo, que não pertence. Nesse sentido, Mansanera et al. Silva (2000) colocam que em meados de 1920, o Congresso Brasileiro de Higiene toma para si a tarefa de proteger a sociedade da desorganização social e do mau funcionamento, indo contra aos ideais igualitários numa estratégia de exclusão daqueles que não pertenciam ao grupo padrão da sociedade, logo, fundamentado em uma estratégia eugenista - os princípios

caracterizados por uma ideologia de seleção natural, fomentaram o fato de que indivíduos que não contribuíssem a lógica capitalista, assim como aqueles que apresentavam baixa carga intelectual e física perturbavam aquilo chamado de um equilíbrio social. Dessa maneira, entende-se que embora os movimentos higienistas não sejam mais populares, ainda sim ficam enraizados quando refere-se a maneira pela qual a sociedade exclui e promove uma invisibilidade aos moradores de rua - aqueles “fora do condomínio”.

Logo, a concretude da desigualdade social se expressa diariamente em São Paulo, e se caracteriza na percepção do indivíduo urbano, a partir disso, o reconhecimento das diferenças, implícito e explícito no dia a dia, continua marcando a subjetividade daqueles que permanecem como excluídos da sociedade (MELLO, 1999). Nesse sentido, a pobreza e exclusão são aspectos refletidos nas altas taxas de desigualdade e concentração de renda que ocorrem no Brasil, relevando os efeitos do desemprego estrutural no país.

III. OBJETIVOS

Os objetivos desta pesquisa consistem em compreender a situação sócio-histórica da população de rua, assim como os direitos na legislação brasileira e como isso se traduz em políticas públicas - analisando o discurso dessa população invisível no que se diz respeito a maneira que viveram durante a pandemia e analisar como esse contexto colaborou para um aumento da vulnerabilidade e humilhação social. A partir destes, compreender e expor como podem influenciar na subjetividade desta população.

IV. METODOLOGIA

A partir da pesquisa descritiva de caráter bibliográfico, foi explorada a construção do conceito de invisibilidade, assim como o de humilhação social, e, a partir da investigação dos fundamentos destes fenômenos foram definidos quais são os estereótipos sociais presentes. A partir disso, foi observado o impacto destes de forma negativa no modo pelo qual os moradores de rua vivem, e então, analisando o discurso dessa população invisível sobre seus conhecimentos e sobre os seus direitos.

A metodologia utilizada na construção desse trabalho é a pesquisa descritiva de critério bibliográfico, através de obras e autores que abrangem o tema em questão, como posto por Gil (2010). Foi realizada uma pesquisa documental, sendo esse modelo de estudo aquele que se realiza através de pesquisas e registros. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. Para Severino (2007):

“Registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2007, p. 122).”

A pesquisa descritiva de critério bibliográfico tem como objetivo olhar o mundo por meio de fontes, ou seja, fontes que trazem informações sobre um determinado assunto e esse assunto é determinado prioritariamente para a pesquisa. Esta técnica pode ser utilizada em qualquer área de conhecimento, não só nos setores acadêmicos fora do campo da pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2010):

“A pesquisa descritiva mais utilizada no campo das ciências humanas é a pesquisa bibliográfica. Essa técnica utiliza as fontes previstas nos parâmetros para seu uso conforme o tema escolhido. A pesquisa bibliográfica é aplicada quando se pretende utilizar informações já existentes sobre determinado assunto, ou seja, essa é uma das técnicas de pesquisa que utilizam as fontes já existentes. No caso dessa pesquisa, as fontes utilizadas foram os livros e artigos disponíveis sobre o tema em questão.” (GIL, 2010, p. 329).

Segundo Severino (2007), para esta pesquisa, pode-se utilizar informações sobre progresso, desenvolvimento econômico ou progresso no campo da pesquisa, além de outro assunto que se pretende investigar. O objetivo é utilizar fontes que possam fornecer informações sobre o tema escolhido.

Tendo em vista os conceitos que serão apresentados, o presente trabalho apoiou-se em pesquisas documentais, discussões e análise da literatura já publicada entre os anos de 2000 e 2021, em forma de revistas, textos, artigos e livros. O método adotado para a realização da pesquisa é o método hipotético-dedutivo (SEVERINO, 2007).

A revisão da literatura feita para esta pesquisa utilizou-se das bases de dados: Scielo e Google Acadêmico, uma vez que são consideradas bases de informações virtuais de referência para publicações de teses, artigos, dissertações e pesquisas. Além disso, foram envolvidos as pesquisas que estivessem publicados nas bases de dados comentadas acima, sendo excluídas aquelas em que revelassem duplicidade entre as bases, e que tema não analisasse ou abrangesse o objetivo da pesquisa. Foram pesquisadas as seguintes palavras-chave: Invisibilidade Social. Moradores de rua. Desigualdade social. Estigma. Humilhação Social. Subjetividade.

Será realizada uma análise de relatos contidos no livro “A Pandemia que ninguém vê” (2020), escrito pelo Projeto SP Invisível, sendo que os relatos a serem escolhidos serão aqueles relacionados diretamente ao tema desta pesquisa - isto é, aqueles que exponham a forma pela qual os fenômenos da invisibilidade e humilhação social atuam na subjetividade da população moradora de rua.

IV. População em situação de rua e a autoimagem

Historicamente, moradores de rua povoam os espaços públicos atravessando por estigmas e preconceitos, e, nesse sentido, a partir dos anos 90 segundo Mello (2001), o conceito de exclusão aparece mais intenso uma vez que acontecia a degradação dos empregos. A exclusão, como fratura do vínculo social, acomete uma parcela de indivíduos que passa pelo estigma de “marginais” e “vagabundos”. Segundo Mello (1999), através da psicologia social, se reconhece um semelhante no Outro, atribuindo-o à humanidade que vemos em nós, e, nesse sentido, quando não se há o reconhecimento de semelhante no outro, essa relação de atribuição à humanidade não acontecerá. Isto se aplica, às classes dominantes que não reconhecem um semelhante na população pobre, atribuem o diferente como estranho e não igual. Logo, a atribuição como desigual parte do princípio de uma relação entre superioridade e inferioridade, tratando de uma insegurança aos sujeitos diferentes que, portanto, não transparecem confiança, não portando a mesma humanidade reconhecida entre os iguais, e, nesse sentido:

“São, por definição, portadores de características desabonadoras, de traços de caráter indesejáveis, de um potencial de violência que os torna pouco humanos”. (MELLO, 1999, p.135)

A população em situação de rua é definida pelo Decreto no. 7.053, de dezembro de 2009, Art. 1o, parágrafo único como:

“ O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (Política Nacional para a População em Situação de Rua, 2009).

E, a partir do direito fundamental à população proposto a partir da Constituição de 1988 no Art 6º, como direitos sociais a educação, alimentação, moradia e entre outros - vemos que grande parte da população brasileira, e, da capital paulista não é assistida assim como o proposto. O número de pessoas em situação de rua ao final de 2021 aumentou 31%, segundo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da prefeitura, a partir do estudo do Censo da População em Situação de Rua - levantamento feito após a crise sanitária gerada pela pandemia (Albuquerque; 2022). Atualmente, em 2022, 118 mil pessoas encontram-se morando nas ruas do Brasil - de janeiro a maio, mais de 26 mil pessoas foram registradas em situação de rua (Jornal Hoje, 2022). Em São Paulo, de acordo com levantamento feito pelo Pólos/UFMG, mais de 5 mil pessoas encontram-se nas ruas desde o começo do ano até maio e, a partir do Censo da População de Rua da prefeitura de São Paulo, a população de rua na capital paulista abrange 32 mil pessoas. Henrique, em seu relato do livro "A pandemia que ninguém vê" expressa o difícil momento experienciado como morador de rua, do qual além da complexidade em obter necessidades básicas como comida, ainda sofria do estigma enraizado pela população:

"Eu tô há sete anos na rua, a pandemia foi o pior momento que já vivi na vida. A gente tinha que ficar na porta do mercado pedindo dinheiro e as pessoas ficavam com receio. Mesmo com a gente de máscara." ("A pandemia que ninguém vê", p. 31.)

Nesse sentido, entende-se que a pandemia foi um fator importante no que se diz respeito ao aumento desta população, e, a falta de políticas públicas, assim como o enraizamento preconceituoso citado durante esta pesquisa, que envolvem a humilhação e invisibilidade frente a este público, sugerem um espaço do qual esses indivíduos vivem em maneiras deploráveis, sem reconhecer seus direitos e lhes é tirado a possibilidade de ser como são, e, no lugar, lhes é instaurado uma denominação dos limites dentro dos quais podem ser.

A autoimagem que o ser humano faz de si pode ser amplamente prejudicada caso haja efeitos causados por atitudes influenciadas pelo estereótipo social, comprometendo assim o que o indivíduo consegue ver de si mesmo. A percepção de uma pessoa em

condições de rua pela sociedade, na maior parte das vezes é imediatamente associada à imagem de alguém que é vagabundo, drogado, marginal, bandido ou uma pessoa que não gosta de trabalhar passando assim a imediata percepção de algo que nem sempre representa o que de fato é visto. Nesse sentido, De Sá infere:

“ O desprezo social e o não-reconhecimento dão origem ao sentimento de invisibilidade. Na sociedade do espetáculo na qual nós vivemos, o invisível tende a significar o insignificante.” (DE SÁ, 2008).

Como posto pelo autor, o sujeito que deixa de ser sujeito a partir de um significado posto pela sociedade como insignificante - tira dele, a possibilidade de ser e instaura um significado de impotência e exclusão. Na pandemia, isto fica ainda mais explícito - tratando-se de o que os autores do livro “A Pandemia que ninguém vê” (2020) chamam de: cenário pandêmico não democrático, do qual houve um extremo aumento da vulnerabilidade de diversos grupos sociais. Isto é, os alvos dessa pandemia, foram aqueles sujeitos à invisibilidade, e, a crise sanitária não foi a mesma para os que tiveram acesso à saúde, condições de trabalhos remotos, e imensas possibilidades de continuar “sendo” frente à crise. Danilo & Sulian, moradores de rua, expressam em seu relato no livro “A pandemia que ninguém vê” o fato de que durante esse momento, a discriminação se tornou mais forte: o medo de pegar o vírus por parte da sociedade, se expande e ao mesmo tempo se retoma para o medo de ser contagiado por esse público - uma construção mental do que se pode relacionar ao fenômeno da massa explicado por Freud como alma coletiva e que inconscientemente, e por vezes, conscientemente, perpetuam o caminho do preconceito e desigualdade. O casal conta que as pessoas atravessavam a rua para não passarem por eles, e, raramente, em poucas ocasiões recebiam algum tipo de ajuda das poucas pessoas que saíam de suas casas e que se ofereciam. O “atravessar da rua” para não passar por esses moradores de rua implica na segregação e no sentimento de exclusão social - o não fazer parte de um lugar - e isso, de diversas formas, afeta na maneira pela qual o sujeito se vê como indivíduo. Pelo conceito lacaniano, o Grande Outro tem um papel fundamental na constituição do ser e na maneira pela qual se comporta e atua sob seus desejos. Essa população, castrada de

completamente todas as suas possibilidades e incapaz de atuar sob sua individualidade como sujeito de direitos - é constantemente lembrada pelo grande outro do lugar que pertencem, e, mais ainda, na maneira como se constituem.

Assim sendo, como Queiros et al (2021), o imaginário vindo do social relaciona-se com a invisibilidade, na maneira pela qual abrange o distanciamento e desvinculação social - assim como o caso de Danilo e Susan, os quais vítimas de uma exclusão social, observam pessoas se distanciar por preconceito de estarem de alguma forma “contagiados” com o vírus. Portanto, o estereótipo social negativo aplicado a alguém que vive nas ruas, em condições precárias, muitas vezes sem família e sem amigos, acaba por fazer com que esse sujeito perca suas particularidades através do tempo pelos olhos de quem vê, transformando-os em invisíveis - que, por vezes preferem continuar vivendo nas ruas, tomando para si o “rótulo” que lhes fora dado pela sociedade através de um pré-conceito outrora criado.

4.1 Desigualdade Racial

No processo de colonização a Europa impôs seu domínio sobre todas as regiões e populações do mundo, implicando um processo de identificação histórica que atribui a essas regiões colonizadas uma nova identidade, em geral baseada na superioridade europeia e inferioridade dos outros povos nativos americanos, africanos, asiáticos e aborígenes. Para a manutenção dessa hegemonia mundial a Europa também impôs um controle da subjetividade, da cultura, do conhecimento e da produção de conhecimento. Com isso, a Europa constrói um imaginário em que representa a civilização, a racionalidade e a modernidade, enquanto o resto do mundo é primitivo, irracional e tradicional (QUIJANO, 2005).

Ao ter essa separação de classes marcada em características físicas há uma naturalização dessa segregação, como ocorrido com as relações de gênero: assim, os indivíduos pertencentes ao grupo dos conquistados, ou seja, indígenas e africanos, passaram a ser considerados naturalmente inferiores, bem como suas culturas, costumes e conhecimentos. Costa (2004), coloca a humilhação social como sofrimento pautado por gerações e sofrimento ancestral repetido: desde a servidão e golpe de esfoliação a nativos africanos, assim como inúmeras formas de violência a população considerada “submissa” aos homens brancos.

Logo, a associação de classificação racial da população e identificação racial dos colonizados com maneiras de controle não assalariado, desenvolveu entre os colonizadores ou brancos, a percepção de que o trabalho salariado era privilégio dos próprios. É importante também destacar que, apesar da discriminação racial como conhecemos hoje ter tido origem na colonização europeia, sua existência na atualidade não se dá somente por conta de resquícios desse sistema que perdurou, mas por conta do sistema capitalista que atualiza essa forma de controle de acordo com seus interesses. Ainda, o racismo se perpetua na medida em que há um processo de constituição de subjetividades racistas e, para isso, segundo Almeida (2019) há a produção de um sistema de ideias que fornece uma explicação "racional" para a desigualdade racial e há a constituição de sujeitos cujos sentimentos não são abalados diante da discriminação e violência racial.

“Num mundo que proclama a formidável capacidade de treinamento e conversão cultural, o racismo isola certa categoria de pessoas que não pode ser alcançada (e portanto não pode ser efetivamente cultivada) [...], devendo pois continuar perpetua mente estranha”
(BAUMAN, 1999, p. 88)

Ao dizer que a desigualdade racial se perpetua na realidade atual, vemos a sua concretização na questão da fome hoje em dia no Brasil. Isto é, através da crise sanitária, que elevou as pessoas em situação de rua, assim como o número de desempregados - gerou um nível preocupante de pessoas passando fome, segundo a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal. Vemos que, em um estudo realizado em dezembro de 2020 desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN), a fome esteve presente em 10,7% das pessoas negras, enquanto que da população branca, 7,5%. Em uma sociedade não democrática, vemos a realidade de pessoas pretas e pardas que fazem parte da maior população pobre brasileira, e, nesse sentido, são os mais vulneráveis às crises e consequências da desigualdade social, tal como conceitos que serão trabalhados aqui, como alvos da humilhação e invisibilidade social.

V. Humilhação Social

“A humilhação age destrutivamente pelos dois extremos do psiquismo. Comparece pelo lado dos enigmas que nos vem ferir, que infestam a subjetividade e nela se inscrevem como fonte de processos inconscientes, processos primários, pulsão, angústia (...)”. (GONÇALVES FILHO, 1998, p.44)

A humilhação social, advinda da desigualdade social, encontra sua relação com aquele que violenta e atua diretamente na subjetividade do humilhado. Cancelli (2005) explícita a relação entre a palavra humilde e humilhação, que possuem o mesmo radical - no entanto, enquanto a primeira representa aquele do qual reconhece suas limitações, a segunda representa aquele num sentido pejorativo, classificando-o como submisso dentro da relação de poder estabelecida na sociedade. A partir de um contexto histórico, a humilhação social pode ser analisada como um aspecto repetitivo e traumático na sociedade, isto é, relaciona-se com a escravidão, período pelo qual os escravos eram constantemente colocados em uma situação de não dignidade humana. A escravidão teve seu fim, no entanto, permanece o intrínseco fenômeno da humilhação social, dos quais os moradores de rua são um alvo, assim como trabalhadores subalternos. Gonçalves (1998) propõe a humilhação como uma modalidade da angústia, tratando-se de um fenômeno político e psicológico, do qual internamente penetra a mente, gestos e corpo do humilhado, que passa a ser impossibilitado de compartilhar o mundo ao seu redor. É impedido de viver em sociedade, e passa a não reconhecer a si próprio, mas a se perceber a partir do que o Outro o condena.

Nesse sentido, a partir da perspectiva lacaniana, a humilhação social pode ser analisada por um Outro que se coloca como sujeito-suposto-saber frente ao humilhado - condenado a uma posição do "não-saber" ou do invisível. Seguindo a psicanálise, Freud (1913-1915) sugere a humilhação como variante de um trauma psíquico, isto é, uma impotência do sujeito ao lidar; e, que no caso do morador de rua, infere na impotência ao ser algo a não ser a sua posição já posta na sociedade. Domingues et al Rosa (2014)

expressam a importância do conceito de reciprocidade na relação com o fenômeno de humilhação social:

“A humilhação social acontece sempre em uma situação de desigualdade, em que um primeiro rebaixa, deprecia, desrespeita fere a autoestima do segundo e trata como subalterno, sem que haja reciprocidade.” (Domingues et al. Rosa, p. 121, 2014).

A partir da citação, é possível compreender que o que caracteriza então a humilhação, seria o sofrimento daquele que carece da reciprocidade - é uma modalidade de angústia que chega àquilo do mais íntimo do ser humano e de sua individualidade, assim como sua dignidade. E, nesse sentido, o cenário pandêmico contribui para a construção ainda mais forte da exclusão da população em situação de rua, do qual Elisangela Caetano, de 41 anos, em seu relato no livro “A pandemia que ninguém vê” pontua:

“Eu chorei, tive medo, as pessoas se distanciaram, tinham nojo. Tudo fechado, não via ninguém, só nós, os sobreviventes de rua. Você vê esse espaço vazio aqui? Era a minha barraca, que levaram, e ainda bateram na gente. Meu sonho é voltar pra casa, mas voltar com respeito, não como o lixo que eles me tratam. A gente não é um objeto, somos todos ser humano.” (A pandemia que ninguém vê, 2020, p. 25)

O cenário de crise sanitária evidencia aquilo que já acontecera antes, isto é, a solidão e estigma que antes aparecia junto a exclusão social, mas que se intensifica durante a crise sanitária do Covid-19, bem como Elisangela descreve o assustador de ver tudo fechado, e somente os sobreviventes na rua, tratados como objeto - como aquilo descartável. Assim como Filho (1998) pontua, o fenômeno da humilhação social contribui para um impedimento do mais básico possível: da própria humanidade, isto é, assume quase uma característica em si próprio de humilhado e passa a agir como tal por desejo do Grande Outro. O fato de Elisangela se ver como objeto na visão de um Outro que a trata e deseja como tal, reflete tal como Kunis et al (2007) entende pelo conceito de reificação:

“A reificação é a coisificação do homem, isto é, a redução dos homens a qualidade de objeto, sem características pessoais. Em um mercado capitalista, o homem é transformado em número, o valor de troca necessário

para fabricação de uma mercadoria.” (KUNIS et al, 2007, p.318)

Assim como Kunis et al (2007) infere, seria justamente a redução do homem a uma coisa, a algo que não tem o valor necessário para ser transformado em número, neste sentido, para a contribuição do capitalismo - que reflete nas pessoas pobres que sofrem com o reflexo deste tipo de humilhação. Isto produz, o sentimento de não pertencimento e a vivência de estar como posição de objeto frente a sociedade por uma determinação desta, impactando na subjetividade de maneira a passar a se ver também como um objeto sem valor, uma vez que a sociedade o determina assim. Dessa forma, relacionando-se com o impacto subjetivo, vemos o fenômeno da invisibilidade pública como um não-aparecimento entre os outros indivíduos entre a sociedade, que se funda tanto na humilhação social a partir da violência da subjetividade de um indivíduo, como no processo de reificação, isto é, a não compreensão do sujeito como sujeito, mas sim como objeto, e portanto, desconexo da sociedade, invisível (COSTA, 2004).

O impacto da mensagem que a sociedade penetra na subjetividade das pessoas em situação de rua, reflete no próprio reconhecimento de suas capacidades e de si, na sua autoimagem e autoestima. Tira destes, significados de suas vivências e coloca no lugar um silêncio: desorganiza seus pensamentos, forma de se comunicar e agir, e coloca seu desejo sob ele, e, nesse sentido, a humilhação social entende-se como: “(...) uma espécie de queimadura: arde marca-lhe o corpo como cicatriz, rouba-lhe sensibilidade” (Costa, 2004, p. 211).

VI. O estigma, invisibilidade social e subjetividade

“O “não-ver” aparece sob esta luz como uma prática coletiva, comum, quotidiana, mas no fundo a sua significação social conduz-nos a uma sedimentação de certas tipificações.” (DE SÁ, 2008, p. 6)

Assim como pontua De Sá, o ato de não ver, implica numa significação social que atua a partir de uma escolha: o não reconhecimento de outro indivíduo como alguém assim como ele mesmo. O golpe público, externo que invade o corpo do humilhado age por dentro: uma angústia que redige as ações e possibilidades de viver perante a sociedade e a ele mesmo. Há então, uma situação de vulnerabilidade desses indivíduos que sugerem um encurtamento nas possibilidades de ser, frente a um contexto de desigualdade social. Por estar inserido tão profundamente em uma condição de moradia na rua, a possibilidade de ser frente a sociedade não existe. Nesse sentido, não há um mundo de possibilidades para este que é um morador de rua, uma vez que essa situação encurta as possibilidades de escolha, e mais que isso, como Costa (2004) coloca, é humilhado como aquele que perde a percepção de si mesmo como parte da sociedade. Nesse sentido, é visto e ao mesmo tempo, não visto, como invisível, sendo inserido a uma categoria que o classifica como não capaz de oferecer ou possuir bens - logo, não contribuinte à lógica capitalista.

Há um grande Outro, dentro de todos, que exerce um papel fundamental no que se diz respeito à construção psíquica do indivíduo. Na população em situação de rua, encontra-se o sujeito que é considerado não-sujeito: exerce um papel "desnecessário" na vida social, descartados e excluídos das possibilidades de ser, portanto, há uma introjeção inconsciente do desejo do grande Outro que o considera não suficiente na sociedade. Esta, segundo Figueiredo et al (2021), ao passo que denomina identidade sociais, atribui significados à subjetividade das pessoas em situação de rua, e, nesse mesmo sentido, dão origem ao estigma: um conhecimento a priori do indivíduo, não o conhecendo mas já o determinando.

“Se eu pudesse teria outra profissão; eu já catei até latinha, mas como eu não estudo meu negocio é faxina, né?” (A pandemia que ninguém vê, 2020, p. 53)

A fala de Teresa, 50 anos, explicita como a subjetividade é afetada a partir da introjeção do desejo do Grande Outro, isto é, faz a relação que já que não estuda, uma vez que não lhe foi dada oportunidade, sua única possibilidade de trabalho seria ir para a área de faxina. Filho (1998) expressa que o impacto dos maus tratos a população de rua é frequente, e, inconscientemente recebem uma crítica de que são inferiores, e logo, esta ideia passa a ser esperada e vivida por eles, ou seja, introjetam neles mesmos, uma ideologia de que não estão aptos na sociedade - desenvolvem um sentimento de que não importa o que façam, não estarão incluídos, não serão "cidadãos" de direitos, ou, como Teresa deduz: o “negócio” dela seria a faxina . Logo, relacionando-se com o fenômeno da invisibilidade pública, pode-se dizer que este se caracteriza no imaginário social, não se constituindo como um fenômeno visível. Perpassa pelo sentimento de estar desfeito, assim como Costa (2004) nomeia, ou, extremamente vulneráveis “arrombados em nossas portas” (COSTA, 2004, p. 177), remetendo a uma violentação a subjetividade de quem sofre. No caso da população de rua, isso se vê explicitamente quando Teresa já supõe que será faxineira, como a única possibilidade de ser, uma vez violentada em sua própria subjetividade e maneiras de pensar nas suas possibilidades: atravessada por um Outro representado pelo imaginário e social.

“Refletir sobre essas pessoas, que padecem de um desamparo social e também discursivo, contribui para a elucidação dos chamados processos de exclusão social.” (ROSA, 2002, p.2)

Nesse sentido, o desamparo social que atravessa a população em situação de rua, acomete sua subjetividade na maneira pela qual são atribuídos a falta de um lugar na sociedade e uma perda na pertinência social. Rosa (2002) coloca que as pessoas moradoras da rua, passam pelo processo de exclusão que promove o rompimento do laço social, que tem seus efeitos em seu intrínseco ser: tal exclusão que promove uma exclusão de si mesmo, frente a não possibilidade de ser e se reconhecer como indivíduo. É através do que Rosa (2002) infere como uma quebra dos fundamentos do contrato social, que nesse caso, coloca todos os indivíduos inseridos dentro dos direitos humanos

e respeito mútuo - que o desamparo social emerge de forma impeditiva aos recursos como saúde, moradia, segurança, entre outros. Além disso, faz-se relação com o efeito que esta violência que a quebra do contrato social tem, impactando diretamente as pessoas em situação de vulnerabilidade, que no caso do trabalho, se refere aos moradores de rua. Tal violência, descrita como simbólica por Bourdieu (1975), produz um sentimento de conformismo e adesão a estes fundamentos que violentam seus direitos e perpetuam na maneira em que vivem - permeados pela humilhação e pelo estigma social.

A partir da imposição que a sociedade opera sob os indivíduos, Mello (1999) afirma que esta relação admite o papel do submisso, e neste caso, excluído e invisível, como consumido. Nesse sentido, a exclusão que uma vez social, também é política, acomete o afeto, assim como manifesta sintomas e se expressa na ação e corpo de quem é humilhado. Dessa maneira, inferindo na subjetividade de pessoas em situação de vulnerabilidade, a exclusão e invisibilidade social tem seus papéis em designar o sujeito a uma posição de não produtor na sociedade, tirando dele as possibilidades de uma compreensão da realidade como tal, mas sim, como posta por aqueles dominantes (COSTA, 2004). Relacionando-se com os fenômenos de exclusão contemporâneos brasileiros, o conceito da apartação social, pontuada por Buarque (1993), coloca um outro como apartado da sociedade - posto como fenômeno de separação que reflete em um não-igual, irreconhecível do gênero humano e excluído do cotidiano social, posto como uma inclemência social. Nesse sentido, a discriminação atua no papel de produzir indivíduos que tornam-se desnecessários a lógica de produção, em um mundo onde rege o capitalismo e a busca incessante pela produtividade, mundo pelo qual não há lugar de possibilidades de inserção para esses indivíduos, como Wanderley (1999) infere como "seres descartáveis". Estes, que representam uma ameaça socialmente, são identificados como marginais e potenciais disruptos na sociedade, assim como desnecessários economicamente, uma vez que não têm a possibilidade de inserir-se no mercado de trabalho, despreparados e não incentivados para tal, majoritariamente.

VII. Trabalhadores da área da saúde: A Psicologia nesse cenário

Assim como Mello (2002) entende, é a partir das ciências humanas que se é possível refletir e pesquisar sobre as desigualdades que são determinadas socialmente, discussões guiadas pela individualidade. A preocupação, neste caso, deve-se dar para todos, reconhecendo a análise estrutural de exclusão e estigmas.

A psicologia como ciência crítica, tem uma tarefa necessária de acolhimento frente à desigualdade social vivida na realidade brasileira e os aspectos abordados que advém desta, assim como a humilhação e invisibilidade social das pessoas em situação de rua e vulnerabilidade. Nesse sentido, o papel do psicólogo parte do ato de compreender a comunidade como um espaço de pertencimento, isto é, um lugar de vivências e experiências as quais circulam afetos e onde se é possível desenvolver a autonomia (Valcarenghi et al., 2021). A partir desta análise por parte do psicólogo, seu papel também infere no trabalho subjetivo com pessoas em vulnerabilidade, no sentido de apresentar as possibilidades de ser frente a sociedade, e, dar reconhecimento aos direitos dos quais as pessoas em situação de rua, o que é o público desta pesquisa, possuem.

Logo, trata-se de uma população, que a partir de desvinculações em diversas dimensões, assim como sociais, de trabalho, relacionamento e entre outros - passa a ser excluída e submissa a partir de uma sobreposição e relação de poder. As relações econômicas e sociais são centrais na constituição do sujeito, e nesse sentido, na constituição do trauma. Faz-se necessário, uma análise do antes e depois das pessoas que chegam a situação na rua, nesse sentido, são milhares de rupturas envolvidas - laços perdidos que remetem a necessidades humanas constituintes de desejos - refletindo em um antes do qual havia uma relação com a comunidade, que foi desfeita ao estar na rua: a relação passa a se dar com esta. Refere-se a uma rua que passa a ser moradia e lugar de compartilhamento - Jair de Godoy, de 48 anos, em relato ao livro "A pandemia que ninguém vê" (p. 33) expressa este fato ao dizer que não deseja sair da rua, sente que pode ser livre ali. Assim como também, um sentimento de pertencimento e união, como destaca Carlos Andrade, de 43 anos, no livro "A pandemia que ninguém

vê" (p.17) que o maior ensinamento em relação a pandemia, vivendo na rua, foi justamente o olhar e cuidado de um pelo outro e a união.

O trabalho do psicólogo, portanto, ao inserir-se no território, reflete numa escuta territorial a partir de um vínculo criado. Rocha e Oliveira (2020), afirmam a partir de experiências de trabalhos realizados com pessoas em situação de rua, que há uma certa resistência por parte dos moradores a princípio, uma vez constantemente violada de seus direitos - sendo importante uma abordagem fortalecedora de confiança para então, o cuidado integral. A partir da mesma pesquisa de Oliveira e Rocha (2020), os autores também utilizam estratégias artísticas, como o uso de música através de rodas, com o intuito de aproximação e facilitação do contato com as pessoas. Ou seja, torna-se importante utilizar metodologias que não buscam procedimentos padronizados, mas sim, estratégias abertas e espontâneas para possíveis intervenções.

"Eu sou meio contra esse pensamento de que tem muita gente ruim. Tem? Tem, mas tem muita gente boa." ("A pandemia que ninguém vê", 2020, p.17).

Logo, a relevância em investir em políticas públicas que contribuam para a reinserção da população em situação de rua na sociedade, assim como o desenvolvimento da autonomia, reconhecimento do indivíduo como parte da sociedade, e o acolhimento, faz com que o papel do psicólogo torne-se imprescindível neste cenário. Nesse mesmo sentido, faz-se necessária, segundo Bezerra (1999) um caminho para a superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade, assim como criar trajetórias para a superação e denúncia da dominação que perpetua na sociedade, assim como a sobreposição entre indivíduos. Além disso, a consequência que a pobreza e exclusão social atravessam na população em situação de rua deve ser reconhecida, assim como a reprodução das violências na subjetividade desta - sendo necessário uma análise a partir do contexto social e numa possibilidade de escuta a partir de uma consequência frente a exclusão.

VIII. Considerações finais

A partir do que se foi analisado nesta pesquisa, entende-se que pela sócio histórica, o estigma da população em situação de rua e fenômenos tais como a humilhação e invisibilidade social sempre estiveram presentes, de forma enraizada. A tal segregação social que já se estabelece, rumo a um processo cotidiano e preconceituoso torna-se um problema cada vez maior quando não causa inquietação na sociedade, isto é, entra em uma certa normalidade. Demonstra-se explícito, através dos relatos obtidos do livro “A pandemia que ninguém vê” (2020) o problema de pesquisa inicial, isto é, de que maneira a subjetividade desta população é afetada, na qual pudemos observar que de forma escancarada, a ideologia do estigma vinda da sociedade entra nos pensamentos e no cotidiano e se expressa tanto por ações, quanto por sentimentos de incapacidade, assim como a solidão, expressa pela exclusão social. Dessa maneira, o desejo que o Grande Outro tem sobre o que sofre pela humilhação e invisibilidade social, tem um peso que afeta como este irá se reconhecer e atuar frente disso, isto é, este se coloca numa posição do desejo do outro, inconscientemente - da qual pode tornar-se insuportável: o indivíduo pode se colocar num lugar onde se autodestrói - uma vez que encontra o desejo do outro em si mesmo.

A ruptura dos vínculos sociais que se relaciona a aqueles os quais vivem nas ruas, se caracteriza por um processo de perdas, seja de trabalho, perda de contatos, a perda do vínculo familiar, problemas de saúde. Paugam (1999) infere essa ruptura como um processo de desqualificação social, acumulada por fracassos que conduzem a um grau de marginalização. Nesse sentido, a autora relaciona também a angústia deste processo como um impulso a uma saída, seja na procura do álcool ou outras drogas – numa tentativa de compensação a infelicidade e ao sentimento de invalidez para a sociedade, que o vê como tal.

No cenário pandêmico, escancarou-se mais ainda o estigma ou conhecimento a priori, como cita Figueiredo et al (2021), sob a população em situação de rua - isto é, muitos, sem a possibilidade de proteger-se, ou, até mesmo protegendo-se, passavam por um isolamento ainda mais cruel, sem ver ninguém e cada vez recebendo menos

ajuda - enquanto também passavam por diversas perdas e lutos de companheiros queridos. A rua, como espaço de moradia de muitas pessoas, foi excluída das medidas de proteção: como fazem os que moram por lá? Como se dá o distanciamento? Que tipo de proteção ou medidas de necessidades básicas do Estado foram distribuídas a esta população? Isto é, na pandemia, se intensificou a maneira pela qual vemos o descaso e ainda mais o fenômeno da invisibilidade atuando sob esses indivíduos - os quais não tiveram acesso a uma pandemia "democrática" como coloca o Projeto SP Invisível, em seu livro "A pandemia que ninguém vê" (2020).

Um caminho para um possível fim da humilhação social, exige um trabalho de investimento a políticas públicas que colaborem a pessoas em situação de rua, assim como um trabalho intrínseco à sociedade e em sua maneira de estigmatizar e se colocar a sujeito suposto saber constantemente quando comparado a moradores de rua. Isto é, desenvolver uma lógica de troca entre uns - onde a psicologia social entra a partir do desenvolvimento de um reconhecimento de si mesmo apesar dos fenômenos que acometem a esta população, e, mais que isso, movimentando-se cada vez mais para a compreensão a subjetividade do indivíduo dentro da sociedade e da cidade: a subjetividade como única (FILHO, 1998). O processo de exclusão social, assim como afirma Sawaia (1999), é estrutural:

"não tem uma única forma, não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema" (SAWAIA, 1999, p. 9)

Dessa forma, sendo a exclusão um processo estrutural, a escuta dos sujeitos em sofrimento a violência simbólica, como citado anteriormente, encontra seu objetivo ao propiciar uma articulação desvinculada das ideologias sociais e identificações aos estigmas, e também contribuir para o que Rosa (2004) coloca como os efeitos subjetivos do bom funcionamento do sistema.

IX. Referências Bibliográficas

ALBURQUERQUE, Flávia. “SP: população em situação de rua cresce 31% em 2 anos, mostra censo”. Agencia Brasil, 24/01/2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-01/populacao-de-rua-cresceu-31-em-dois-anos-indica-censo>

ALMEIDA, Silvio, Luiz de. O que eh racismo estrutural?. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/04/ALMEIDA-2019.-O-QUE-%C3%89-RACISMO-ESTRUTURAL.pdf>

BAUMAN, Z. 1998. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar

BEZERRA, Benilton. “Prefácio: Tecendo a rede”. In Tecendo a rede: trajetórias da saúde mental em São Paulo. S. Paulo: Cabral Universitária, p. 18, 1999.

BOURDIEU, Pierre. “**Fundamentos de uma teoria da violência simbólica**”. In A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BUARQUE, Cristóvão. A revolução das prioridades. Instituto de Estudos Econômicos (TNEC), 1993

CANCELLI, E. (2005). **O drama do herói humilhado: Robert Luziu em Buenos Aires. In I. Marson, & M. Naxara (Orgs.), Sobre a humilhação: sentimentos, gestos, palavras** (pp. 385-399). Uberlândia, MG: EDUFU.

COLOMBANI, F; Martins, R. O movimento higienista como política pública: aspectos históricos e atuais da medicalização escolar no Brasil. RPGE–Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.21, n.1, p.278-295, 2017. <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9788/6603>

COSTA, F.B. - **Homens invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo: Ed.Globo, 2004, p.55-69.

DE SÁ, Tomás Pinto. **A invisibilidade social, uma perspectiva fenomenológica**. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, Universidade de Nova Lisboa, p. 1-7, 25 jun. 2008. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/shared-with-me?fbclid=IwAR2BqhfJSanNO9chhJVyww3suNM81jLbNe8tXkRBJwPJ8Ao7BfLuCi4bltM>. Acesso em: 17 nov. 2021

DOMINGUES, E. - **A humilhação social e a luta por reconhecimento: a experiência do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)**. Resumo expandido 2012.

DUNKER, Christian. O que é a “logica do condominio”? / Falando nlso 117. Youtube, 24/05/2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z3fvSg9_6Mo

FIGUEIREDO, A, et al. **A PSICOLOGIA NA RUA: INQUIETAÇÕES, ESTEREÓTIPOS E DESAFIOS NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL COM PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**. BOLETIM DE CONJUNTURA. BOCA. Ano III | Volume 8 | No 23 | Boa Vista | 2021 Disponível em: <http://www.ioles.com.br/boca> ISSN: 2675-1488 Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.5623787>

FREUD, Sigmund. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“ O caso Schreber”), Artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913). Obras completas, vol. 10. Tradução de Paulo Cesar de Souza. São Paulo. Cia das letras. 2010, p. 13-107

GOMES, Rodrigo. “Quadro da fome na cidade de São Paulo é um dos mais graves na historia”. **Radio Brasil Atual**, São Paulo, 28/04/2022. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2022/04/fome-na-cidade-de-sao-paulo-grave-historia/>. Acesso em: 12/06/2022

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GONÇALVES FILHO, J. M. - **Humilhação Social - um problema político em psicologia**. In Psicol.USP v.9 n.2 São Paulo, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65641998000200002&lng=en&nrm=iso&tling=pt. Acesso em: 10 jun. 2020.

GONÇALVES FILHO, J.M. - **Prefácio - A invisibilidade Pública In Costa, Fernando B. - Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social**. São Paulo, Ed.Globo, 2004, p.9-47

GONÇALVES FILHO, J.M. - **Subjetividade, Humilhação Social e Sofrimento II**. In conselho federal de psicologia, Psicologia e Direitos Humanos: Subjetividade e exclusão. São Paulo, Ed.Casa do psicólogo, 2004. P.123-135.

KUNIS, M; CRUZ, S.; CHECCHIA, M.A. - **Humilhação Social: análise de uma experiência da desigualdade social.** In ConScientiae Saúde, São Paulo, v.6 n.2, 2007, p.313-322.

MACHADO, Rafael. “População negra é a mais afetada pela insegurança alimentar”. **Portal Drauzio Varella**, 14/01/2022. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/alimentacao/populacao-negra-e-a-mais-afetada-pela-inseguranca-alimentar/> . Acesso em: 12/06/2022

MANSANERA, Adriano R; SILVA, Lúcia C. **A INFLUÊNCIA DAS IDÉIAS HIGIENISTAS NO DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA NO BRASIL.** Psicologia em Estudo DPI/CCH/UEM v. 5, n. 1, p. 115-137, 2000.

MELLO, Sílvia L. “A Violência Urbana e a exclusão dos jovens” In Sawaia, B. (org.). As artimanhas da exclusão. Rio de Janeiro: Vozes, p. 129, 1999.

PAIVA, I, et al. **Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática.** Ciênc. saúde coletiva vol.21 no.8 Rio de Janeiro Aug. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015218.06892015>

PAUGAM, Serge. “O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais - uma dimensão essencial do processo de desqualificação social”. ” In Sawaia, B. (org.). As artimanhas da exclusão. Rio de Janeiro: Vozes, p. 67, 1999.

Plano Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Decreto 7.053/2009. Disponível em: <https://www.sds.sc.gov.br/index.php/direitos-humanos/gerencia-de-politicas-para-mulheres-e-direitos-humanos-gemdh/politica-de-direitos-humanos-estadual/populacao-em-situacao-de-rua#:~:text=Considera%2Dse%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o,moradia%20e%20de%20sustento%2C%20de>

PROJETO SP INVISÍVEL. “ **A pandemia que ninguém vê**”. 2020

QUEIROS, E. da S.; ZANATTA, J. A.; BIAGI, E. P. TRABALHADORES INVISÍVEIS: FOTODOCUMENTARIO DE PROFISSIONAIS EM CAMPO GRANDE/MS. Cine-Fórum UEMS , [S. l.], v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/cineforumuems/article/view/7640>. Acesso em: 16 jun. 2022.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005, p-117-142. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

RAQUEL, Luiza *et al.* **Humilhação Social**. 2013. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/16646498/psicologia-samara>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ROCHA, Felipe Coura; OLIVEIRA, Pedro Renan Santos de. Psicologia na rua: delineando novas identidades a partir do trabalho com a população em situação de rua. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 15, n. 1, p. 1-18, mar. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 jun. 2022.

ROSA, Miriam D. **Uma escuta psicanalítica das vidas secas**. Revista de Psicanálise TEXTURA, n 2, p.1-13, 2002.

SAWAIA, Bader. “Introdução: exclusão ou inclusão perversa?” In Sawaia, B. (org.). *As artimanhas da exclusão*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 7, 1999.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOBRAL, Natália G; SANTIAGO, Maria F.L.I; COSTA. **GÊNERO E INVISIBILIDADE SOCIAL ENTRE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CAMPINA GRANDE/PB**. II Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: *culturas, leituras e representações*, p.1-10, outubro, 2009. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7478921-Genero-e-invisibilidade-social-entre-catadores-de-materiais-reciclaeis-de-campina-grande-pb.html>

SVARTMAN, Bernardo Parodi; GALEÃO-SILVA, Luís Guilherme. **Comunidade e resistência à humilhação social: desafios para a psicologia social comunitária**. *Revista Colombiana de Psicología*, v. 25, n. 2, p. 331-349, 2016.

VALCARENGHI, Rafaela Amaral, et al. **Vulnerabilidade Social e a Pandemia: um relato de experiência em um serviço escola de psicologia**. *Boletim Entre SIS*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 84-91, dez. 2021.

WANDERLEY, Mariangela B. “**Refletindo sobre a noção de exclusão**”. In Sawaia, B. (org.). *As artimanhas da exclusão*. Rio de Janeiro: Vozes, p. 16, 1999.

“Aumenta o número de pessoas em situação de rua no Brasil, diz pesquisa”. Jornal Hoje, 2022. Disponível em: [https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/06/09/aumenta-o-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml](https://g1.globo.com/jornal-<u>hoje/noticia/2022/06/09/aumenta-o-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml</u>)